



SENADO FEDERAL

**Normas conexas ao Regimento  
Interno e outros diplomas  
normativos relacionados ao  
Senado Federal**

Brasília, agosto de 2025



## SENADO FEDERAL

### **Normas conexas ao Regimento Interno e outros diplomas normativos relacionados ao Senado Federal**

A presente publicação digital enumera as principais normas conexas ao Regimento Interno do Senado Federal (resoluções do Senado Federal, atos da Mesa do Senado Federal, da Comissão Diretora e do Presidente do Senado Federal, decretos legislativos, instruções normativas da Secretaria-Geral da Mesa e pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania). Além disso, traz diversas leis e decretos do Poder Executivo relacionados ao Senado Federal, que veiculam regras a respeito do envio obrigatório de relatórios de gestão, da escolha de diretores de agências reguladoras, entre outras.

Cada uma das normas aqui relacionadas possui um *link* no próprio nome do diploma normativo, que conduz diretamente ao seu texto integral atualizado. A listagem que se segue foi criada com base nas publicações do Volume II do Regimento Interno do Senado Federal, ocorridas entre os anos de 1999 e 2023, com as devidas atualizações.

#### RESOLUÇÕES DO SENADO FEDERAL

---

#### DECRETOS LEGISLATIVOS

---

#### ATOS DA MESA, DA COMISSÃO DIRETORA E DO PRESIDENTE

---

#### INSTRUÇÕES NORMATIVAS DA SECRETARIA-GERAL DA MESA

---

#### COMPOSIÇÃO DE COLEGIADOS EXTERNOS POR REPRESENTANTES DO SENADO FEDERAL

---

#### AUTORIDADES SUJEITAS A APROVAÇÃO PELO SENADO FEDERAL

---

#### COMUNICAÇÕES E DOCUMENTOS DE ENVIO OBRIGATÓRIO AO CONGRESSO NACIONAL OU AO SENADO FEDERAL

---

#### OUTROS DIPLOMAS NORMATIVOS

---

#### PARECERES DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

---



SENADO FEDERAL

**Normas conexas ao Regimento Interno e  
outros diplomas normativos relacionados ao Senado Federal**

**RESOLUÇÕES DO SENADO FEDERAL**

**RESOLUÇÃO Nº 22, DE 1989**

Alíquotas do ICMS nas operações e prestações interestaduais

**RESOLUÇÃO Nº 9, DE 1992**

Alíquota máxima do ITCMD

**RESOLUÇÃO Nº 98, DE 1992**

Autoriza a União a celebrar operações de crédito externo, visando ao reescalonamento e refinanciamento da dívida externa de médio e longo prazos junto a bancos comerciais, a conceder garantias e a assumir dívidas externas de entidades federais extintas e dissolvidas

**RESOLUÇÃO Nº 17, DE 1993**

Corregedoria Parlamentar

**RESOLUÇÃO Nº 20, DE 1993**

Código de Ética e Decoro Parlamentar

**RESOLUÇÃO Nº 50, DE 1993**

Operações de financiamento externo com recursos orçamentários da União

**RESOLUÇÃO Nº 40, DE 1995**

Procuradoria Parlamentar

**RESOLUÇÃO Nº 84, DE 1996**

Coleções Grandes Vultos que Honraram o Senado e História Constitucional do Brasil

**RESOLUÇÃO Nº 95, DE 1996**

Alíquota do ICMS no transporte aéreo interestadual

**RESOLUÇÃO Nº 40, DE 2001**

Limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios



SENADO FEDERAL

**Normas conexas ao Regimento Interno e  
outros diplomas normativos relacionados ao Senado Federal**

**RESOLUÇÃO Nº 43, DE 2001**

Operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização

**RESOLUÇÃO Nº 20, DE 2003**

Prazo para cumprimento dos limites de endividamento estabelecidos na Resolução nº 40, de 2001, do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios

**RESOLUÇÃO Nº 20, DE 2004**

Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior

**RESOLUÇÃO Nº 7, DE 2005**

Apreciação das indicações para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)

**RESOLUÇÃO Nº 35, DE 2007**

Autoriza a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como suas respectivas entidades da administração indireta, a celebrar aditivos com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) com vista à alteração da modalidade de empréstimo em Moeda Única com Taxa Fixa (*Fixed-Rate Single Currency Loan – SCL*) para a modalidade de Margem Fixa (*Fixed Spread Loan – FSL*)

**RESOLUÇÃO Nº 48, DE 2007**

Limites globais para as operações de crédito externo e interno da União, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público federal e limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno

**RESOLUÇÃO Nº 49, DE 2007**

Condições para a verificação de adimplência de tomadores de empréstimos internos e externos com garantia da União

**RESOLUÇÃO Nº 3, DE 2009**

Apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens



SENADO FEDERAL

**Normas conexas ao Regimento Interno e  
outros diplomas normativos relacionados ao Senado Federal**

**RESOLUÇÃO Nº 42, DE 2010**

Programa Jovem Senador e Jovem Senadora Brasileiros

**RESOLUÇÃO Nº 13, DE 2012**

Alíquotas do ICMS nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior

**RESOLUÇÃO Nº 9, DE 2013**

Procuradoria Especial da Mulher

**RESOLUÇÃO Nº 14, DE 2015**

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Marrocos e estabelece normas gerais de cooperação interparlamentar e de funcionamento dos grupos e frentes parlamentares internacionais

**RESOLUÇÃO Nº 19, DE 2015**

Programa e-Cidadania

**RESOLUÇÃO Nº 42, DE 2016**

Instituição Fiscal Independente

**RESOLUÇÃO Nº 5, DE 2020**

Tratamento a ser dispensado às operações realizadas de acordo com os §§ 1º, 2º e 3º do art. 65 da Lei Complementar nº 101/2000 e com o art. 4º da Lei Complementar nº 173/2020, no que tange às contratações dessas operações e às concessões de garantia pela União

**RESOLUÇÃO Nº 15, DE 2021**

Disciplina as operações realizadas de acordo com as Leis Complementares nº 156/2016, nº 159/2017 e nº 178/2021, no que tange às contratações dessas operações e às concessões de garantia pela União; e autoriza aditamentos contratuais a operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e de suas respectivas administrações indiretas, cuja finalidade seja a substituição da taxa de juros aplicável a essas operações, no caso de a taxa vigente ser baseada na *London InterBank Offered Rate* (Libor) ou na *European Interbank Offered Rate* (Euribor)

(Revoga a [Resolução nº 10, de 2017](#).)



SENADO FEDERAL

**Normas conexas ao Regimento Interno e  
outros diplomas normativos relacionados ao Senado Federal**

**DECRETOS LEGISLATIVOS**

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 79, DE 1979**

Designação do número de ordem das Legislaturas

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 1993**

Escolha de Ministros do Tribunal de Contas da União pelo Congresso Nacional

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 172, DE 2022**

Subsídios dos membros do Congresso Nacional, do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 77, DE 2002 – CN**

Mandato dos membros do Conselho de Comunicação Social – CCS



SENADO FEDERAL

**Normas conexas ao Regimento Interno e  
outros diplomas normativos relacionados ao Senado Federal**

**ATOS DA MESA, DA COMISSÃO DIRETORA E DO PRESIDENTE**

**ATO CONJUNTO Nº 1, DE 1998**

Cessão de dependências do Senado Federal e da Câmara dos Deputados

**ATO CONJUNTO DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA  
CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 1, DE 2001**

Vedação à edificação de construções móveis na área do Congresso Nacional

**ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 15, DE 2002**

Veículos de comunicação do Senado Federal e ordem de prioridade na cobertura das atividades legislativas e eventos

**ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 5, DE 2005**

Ouvidoria do Senado Federal

**ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 21, DE 2006**

Conselho de Estudos Políticos do Senado Federal

**ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 16, DE 2009**

Autoriza os Senadores a manter Escritório de Apoio às Atividades Parlamentares

**ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 14, DE 2014**

Acesso de servidores credenciados ao Plenário do Senado Federal

**ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 18, DE 2014**

Acesso e cessão das salas de reuniões das comissões do Senado Federal

**ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 15, DE 2022**

Consolida as modificações do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) ao final da 56ª Legislatura (2019-2023)

**ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 1, DE 2023**

Dispõe sobre a participação remota dos Senadores e das Senadoras nas sessões e reuniões do Senado Federal e disciplina a votação por intermédio de aplicação de registro de voto



SENADO FEDERAL

**Normas conexas ao Regimento Interno e  
outros diplomas normativos relacionados ao Senado Federal**

**ATO DA MESA Nº 1, DE 2001**

Tramitação de requerimento de informação

**ATO DA MESA Nº 1, DE 2009**

Política de Gestão do Processo Legislativo Eletrônico

**ATO DA MESA Nº 2, DE 2009**

Define e delega competências aos membros da Mesa para o biênio 2009/2010

**ATO DA MESA Nº 1, DE 2010**

Procedimento de apreciação sobre escolha de autoridade

**ATO DA MESA Nº 1, DE 2012**

Competências e atribuições dos membros da Mesa do Senado Federal

**ATO DA MESA Nº 1, DE 2013**

Regimento Interno do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional – CCS

**ATO DA MESA Nº 2, DE 2014**

Arquivamento de proposições ao final da legislatura

**ATO DO PRESIDENTE Nº 10, DE 2020**

Política Institucional de Proteção de Dados Pessoais

**DECISÃO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, DE 31 DE MAIO  
DE 2022**

Compartilhamento de documentos de CPIs encerradas





SENADO FEDERAL

**Normas conexas ao Regimento Interno e  
outros diplomas normativos relacionados ao Senado Federal**

**INSTRUÇÕES NORMATIVAS DA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**INSTRUÇÃO NORMATIVA DA SECRETARIA-GERAL DA MESA Nº 3,  
DE 2014**

Procedimento para autuação de mídia eletrônica para as matérias orçamentárias e os relatórios de fiscalização e de controle recebidos ou gerados pelo Congresso Nacional

**INSTRUÇÃO NORMATIVA DA SECRETARIA-GERAL DA MESA Nº 4,  
DE 2015**

Procedimento para confecção e disponibilização dos documentos eletrônicos, de cunho legislativo, no âmbito do Senado Federal e do Congresso Nacional

**INSTRUÇÃO NORMATIVA DA SECRETARIA-GERAL DA MESA Nº 5,  
DE 2015**

Procedimentos referentes à declaração de prejudicialidade e à manifestação de inconstitucionalidade de proposições no âmbito das comissões

**INSTRUÇÃO NORMATIVA DA SECRETARIA-GERAL DA MESA Nº 7,  
DE 2016**

Define normas para publicação e estabelece a certificação digital do Diário do Senado Federal e do Diário do Congresso Nacional

**INSTRUÇÃO NORMATIVA DA SECRETARIA-GERAL DA MESA Nº 8,  
DE 2017**

Numeração dos pareceres no Senado Federal e no Congresso Nacional

**INSTRUÇÃO NORMATIVA DA SECRETARIA-GERAL DA MESA Nº 9,  
DE 2017**

Prioridade de disponibilização das notas taquigráficas de responsabilidade da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar do Senado Federal

**INSTRUÇÃO NORMATIVA DA SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Nº 10, DE 2018**

Publicação dos pareceres de comissões nos Diários do Senado Federal e do Congresso Nacional



SENADO FEDERAL

**Normas conexas ao Regimento Interno e  
outros diplomas normativos relacionados ao Senado Federal**

**INSTRUÇÃO NORMATIVA DA SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Nº 11, DE 2018**

Obrigatoriedade de utilização do LexEdit para elaboração de requerimentos a serem entregues à Secretaria-Geral da Mesa e às Secretarias das Comissões

**INSTRUÇÃO NORMATIVA DA SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Nº 12, DE 2019**

Cadastro e registro de tramitação de requerimentos e expedientes, tais como avisos, mensagens e ofícios, no Plenário, Secretarias das Comissões e dos Órgãos e Conselhos do Senado Federal e do Congresso Nacional

**INSTRUÇÃO NORMATIVA DA SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Nº 16, DE 2023**

Uso da assinatura eletrônica e apresentação remota de proposições e documentos legislativos eletrônicos

**INSTRUÇÃO NORMATIVA DA SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Nº 17, DE 2023**

Utilização das salas das comissões pelos colegiados do Senado Federal e do Congresso Nacional

**INSTRUÇÃO NORMATIVA DA SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Nº 18, DE 2023**

Utilização do LexEdit para elaboração de emendas a proposições legislativas no âmbito do Senado Federal e do Congresso Nacional

**INSTRUÇÃO NORMATIVA DA SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Nº 19, DE 2025**

Normas procedimentais e complementares para o funcionamento de Grupos e Frentes Parlamentares no Senado Federal

**ATO CONJUNTO DA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO  
FEDERAL E DA SECRETARIA-GERAL DA MESA DA CÂMARA DOS  
DEPUTADOS Nº 1, DE 2018**

Identificação unificada das proposições legislativas sujeitas a tramitação bicameral



SENADO FEDERAL

**Normas conexas ao Regimento Interno e  
outros diplomas normativos relacionados ao Senado Federal**

ATO CONJUNTO DA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO  
FEDERAL E DA SECRETARIA-GERAL DA MESA DA CÂMARA DOS  
DEPUTADOS Nº 1, DE 2025

Utilização do LexEdit para elaboração de requerimentos de destaque a vetos no âmbito  
do Congresso Nacional



SENADO FEDERAL

**Normas conexas ao Regimento Interno e  
outros diplomas normativos relacionados ao Senado Federal**

**COMPOSIÇÃO DE COLEGIADOS EXTERNOS POR REPRESENTANTES  
DO SENADO FEDERAL**

**RESOLUÇÃO Nº 7, DE 2005**

Indicações para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)

*(Art. 6º.)*

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 1993**

Escolha de Ministros do Tribunal de Contas da União pelo Congresso Nacional

**DECRETO Nº 2.338, DE 1997**

Conselho Consultivo da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel

*(Anexo I: Art. 37, I, e §§ 1º e 4º.)*

**DECRETO Nº 4.073, DE 2002**

Conselho Nacional de Arquivos – Conarq

*(Art. 3º.)*

**DECRETO Nº 9.875, DE 2019**

Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos contra a Propriedade Intelectual

*(Art. 4º, § 2º.)*

**LEI Nº 8.041, DE 5 DE JUNHO DE 1990**

Conselho da República

*(Art. 3º, III, V, VII, “b”, e §§ 2º e 6º.)*

**LEI Nº 8.183, DE 11 DE ABRIL DE 1991**

Conselho de Defesa Nacional – CDN

**LEI Nº 11.652, DE 7 DE ABRIL DE 2008**

Comitê Editorial e de Programação da Empresa Brasil de Comunicação – EBC

*(Art. 15, § 1º, IV; Art. 29.)*



SENADO FEDERAL

**Normas conexas ao Regimento Interno e  
outros diplomas normativos relacionados ao Senado Federal**

**LEI Nº 12.618, DE 30 DE ABRIL DE 2012**

Designação dos membros do conselho deliberativo e do conselho fiscal da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Legislativo (Funpresp-Leg)

*(Art. 4º, II; Art. 5º, § 3º; Art. 23.)*

**LEI Nº 12.986, DE 2 DE JUNHO DE 2014**

Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH

*(Art. 3º, I, “d”, e § 4º.)*

**LEI Nº 13.444, DE 11 DE MAIO DE 2017**

Comitê Gestor da Identificação Civil Nacional

*(Art. 5º, § 1º, IV.)*

**LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018**

Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD

*(Art. 58-A, II.)*



SENADO FEDERAL

**Normas conexas ao Regimento Interno e  
outros diplomas normativos relacionados ao Senado Federal**

AUTORIDADES SUJEITAS A APROVAÇÃO PELO SENADO FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 2005

Apreciação das indicações para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)

ATO DA MESA Nº 1, DE 2010

Procedimento de apreciação sobre escolha de autoridade

LEI Nº 6.385, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1976

Comissão de Valores Mobiliários

(Art. 6º.)

LEI Nº 7.746, DE 30 DE MARÇO DE 1989

Ministros do Superior Tribunal de Justiça – STJ

(Art. 1º.)

LEI Nº 8.443, DE 16 DE JULHO DE 1992

Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União

(Art. 71; Art. 72; Art. 105.)

LEI Nº 8.457, DE 4 DE SETEMBRO DE 1992

Justiça Militar da União

(Art. 3º, caput; Art. 6º, XIV.)

LEI Nº 9.427, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1996

Lei da Aneel

(Art. 5º, parágrafo único.)

LEI Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997

Lei da Anatel

(Art. 23; Art. 34; Art. 77.)



SENADO FEDERAL

**Normas conexas ao Regimento Interno e  
outros diplomas normativos relacionados ao Senado Federal**

**LEI Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997**

Lei da ANP

*(Art. 2º, II; Art. 11, § 2º; Art. 73, parágrafo único.)*

**LEI Nº 9.782, DE 26 DE JANEIRO DE 1999**

Lei da Anvisa

*(Art. 10, parágrafo único.)*

**LEI Nº 9.883, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1999**

Lei da Abin

*(Art. 6º; Art. 11, parágrafo único.)*

**LEI Nº 9.961, DE 28 DE JANEIRO DE 2000**

Lei da ANS

*(Art. 6º, parágrafo único.)*

**LEI Nº 9.984, DE 17 DE JULHO DE 2000**

Lei da ANA

*(Art. 9º)*

**LEI Nº 9.986, DE 18 DE JULHO DE 2000**

Gestão de recursos humanos nas agências reguladoras

*(Art. 5º)*

**LEI Nº 10.233, DE 5 DE JUNHO DE 2001**

Lei da ANTT, da ANTAQ e do DNIT

*(Art. 53, § 1º; Art. 88-A.)*

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.228-1, DE 6 DE SETEMBRO DE 2001**

Lei da Ancine

*(Art. 8º)*



SENADO FEDERAL

**Normas conexas ao Regimento Interno e  
outros diplomas normativos relacionados ao Senado Federal**

**LEI Nº 11.182, DE 27 DE SETEMBRO DE 2005**

Lei da ANAC

*(Art. 8º, XL; Art. 12.)*

**LEI Nº 11.372, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2006**

Indicação dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP

*(Art. 1º, § 2º; Art. 2º, parágrafo único.)*

**LEI Nº 11.440, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006**

Embaixadores

*(Art. 39.)*

**LEI Nº 12.529, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011**

Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade (Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, Superintendência-Geral e Procuradoria Federal junto ao Cade)

*(Art. 6º; Art. 7º; Art. 12, § 1º; Art. 16.)*

**LEI Nº 13.575, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017**

Lei da ANM

*(Art. 33, § 2º.)*

**LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018**

Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD

*(Art. 55-D, § 1º.)*

**LEI Nº 13.848, DE 25 DE JUNHO DE 2019**

Lei das Agências Reguladoras

*(Art. 23; Art. 50.)*

**LEI Nº 14.222, DE 15 DE OUTUBRO DE 2021**

Lei da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear – ANSN

*(Art. 4º.)*





SENADO FEDERAL

**Normas conexas ao Regimento Interno e  
outros diplomas normativos relacionados ao Senado Federal**

**LEI COMPLEMENTAR Nº 75, DE 20 DE MAIO DE 1993**

Lei Orgânica do Ministério Público da União

*(Art. 25, parágrafo único; Art. 156, § 2º.)*

**LEI COMPLEMENTAR Nº 80, DE 12 DE JANEIRO DE 1994**

Lei Orgânica da Defensoria Pública da União

*(Art. 6º.)*

**LEI COMPLEMENTAR Nº 179, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021**

Lei do Banco Central do Brasil

*(Art. 4º; Art. 5º.)*



SENADO FEDERAL

**Normas conexas ao Regimento Interno e  
outros diplomas normativos relacionados ao Senado Federal**

**COMUNICAÇÕES E DOCUMENTOS DE ENVIO OBRIGATÓRIO AO  
CONGRESSO NACIONAL OU AO SENADO FEDERAL**

**DECRETO Nº 10.639, DE 2021**

Relatório da Ouvidoria da Agência Nacional de Águas – ANA

*(Anexo I: Art. 14, § 3º.)*

**LEI Nº 4.595, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964**

Lei do Sistema Financeiro Nacional

*(Art. 4º, § 6º; Art. 49, § 6º.)*

**DECRETO-LEI Nº 509, DE 20 DE MARÇO DE 1969**

Constituição de subsidiárias e aquisição do controle ou participação acionária pelos Correios

*(Art. 1º, § 6º.)*

**LEI Nº 7.827, DE 27 DE SETEMBRO DE 1989**

Relatórios anuais sobre as atividades e resultados dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte – FNO, do Nordeste – FNE e do Centro-Oeste – FCO

*(Art. 20, § 4º.)*

**LEI Nº 8.443, DE 16 DE JULHO DE 1992**

Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União

*(Art. 45; Art. 90.)*

**LEI Nº 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997**

Relatório de Segurança de Barragens

*(Art. 35, XIII.)*

**LEI Nº 10.188, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2001**

Relatório semestral sobre o Programa de Arrendamento Residencial

*(Art. 5º, V.)*

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.228-1, DE 6 DE SETEMBRO DE 2001**

Relatório anual de atividades da Ancine

*(Art. 7º, XX.)*



SENADO FEDERAL

**Normas conexas ao Regimento Interno e  
outros diplomas normativos relacionados ao Senado Federal**

**LEI Nº 10.308, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2001**

Relatório sobre a situação dos depósitos de rejeitos radioativos

*(Art. 35.)*

**LEI Nº 10.610, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2002**

Alterações de controle societário de empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens

*(Art. 3º.)*

**LEI Nº 11.079, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004**

Lei de parcerias público-privadas no âmbito da administração pública

*(Art. 14, § 5º; Art. 28, § 1º.)*

**LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011**

Lei de Acesso à Informação (relatório anual sobre a implementação da Lei)

*(Art. 1º, parágrafo único, I; Art. 41, IV.)*

**LEI Nº 12.815, DE 5 DE JUNHO DE 2013**

Lei dos Portos (relatório anual sobre a implementação das iniciativas tomadas com base na Lei)

*(Art. 57, § 5º.)*

**LEI Nº 13.303, DE 30 DE JUNHO DE 2016**

Relatório de metas e resultados das estatais

*(Art. 23, § 2º.)*

**LEI Nº 13.848, DE 25 DE JUNHO DE 2019**

Lei das Agências Reguladoras

*(Art. 15, § 2º; Art. 18, § 3º; Art. 22, § 6º.)*

**LEI Nº 13.958, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019**

Relatório da Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS – AGSUS

*(Art. 17, IV.)*



SENADO FEDERAL

**Normas conexas ao Regimento Interno e  
outros diplomas normativos relacionados ao Senado Federal**

**LEI Nº 14.802, DE 10 DE JANEIRO DE 2024**

Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual da União 2024-2027

*(Art. 16; Art. 17, § 6º.)*

**LEI COMPLEMENTAR Nº 97, DE 9 DE JUNHO DE 1999**

Política de Defesa Nacional, Estratégia Nacional de Defesa e Livro Branco de Defesa Nacional

*(Art. 9º, § 3º.)*

**LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000**

Lei de Responsabilidade Fiscal

*(Art. 9º, § 5º; Art. 30.)*

**LEI COMPLEMENTAR Nº 124, DE 3 DE JANEIRO DE 2007**

Lei da Sudam

*(Art. 11, VIII; Art. 13, § 1º; Art. 14.)*

**LEI COMPLEMENTAR Nº 125, DE 3 DE JANEIRO DE 2007**

Lei da Sudene

*(Art. 10, II; Art. 13, § 1º; Art. 14, caput; Art. 16, §§ 1º e 2º.)*

**LEI COMPLEMENTAR Nº 129, DE 8 DE JANEIRO DE 2009**

Lei da Sudeco

*(Art. 10, § 9º, I; Art. 13, § 1º; Art. 14, caput.)*

**LEI COMPLEMENTAR Nº 179, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021**

Lei do Banco Central do Brasil

*(Art. 11.)*



SENADO FEDERAL

**Normas conexas ao Regimento Interno e  
outros diplomas normativos relacionados ao Senado Federal**

**OUTROS DIPLOMAS NORMATIVOS**

**DECRETO Nº 52.795, DE 1963**

Regulamento dos Serviços de Radiodifusão

*(Art. 31; Art. 65; Art. 87, § 1º; Art. 90; Art. 100; Art. 113; Art. 122, XXVIII.)*

**DECRETO Nº 70.274, DE 1972**

Normas do cerimonial público e ordem geral de precedência

**LEI Nº 1.079, DE 10 DE ABRIL DE 1950**

Crimes de responsabilidade e o respectivo processo de julgamento

**LEI Nº 1.579, DE 18 DE MARÇO DE 1952**

Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs)

**LEI Nº 2.953, DE 17 DE NOVEMBRO DE 1956**

Autorização do Congresso Nacional para remessa de tropas brasileiras para o exterior

**LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962**

Código Brasileiro de Telecomunicações

*(Art. 38, “e” e parágrafo único; Art. 66, § 2º, I, “a”).*

**LEI Nº 4.595, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964**

Instrução das autorizações de operações externas de natureza financeira pelo Conselho Monetário Nacional – CMN

*(Art. 4º, XXIX.)*

**LEI Nº 8.183, DE 11 DE ABRIL DE 1991**

Conselho de Defesa Nacional – CDN

**LEI Nº 8.389, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1991**

Conselho de Comunicação Social – CCS



SENADO FEDERAL

**Normas conexas ao Regimento Interno e  
outros diplomas normativos relacionados ao Senado Federal**

**LEI Nº 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993**

Obrigatoriedade da declaração de bens e rendas para o exercício de cargos, empregos e funções nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário

**LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998**

Lei das rádios comunitárias

*(Art. 2º, parágrafo único; Art. 6º-C; Art. 16.)*

**LEI Nº 9.709, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998**

Lei do plebiscito, do referendo e da iniciativa popular

**LEI Nº 10.001, DE 4 DE SETEMBRO DE 2000**

Procedimentos a serem adotados pelo Ministério Público sobre as conclusões de CPI

**LEI Nº 11.417, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006**

Edição de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal

*(Art. 3º, II.)*

**LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014**

Plano Nacional de Educação – PNE

*(Art. 5º, II; Anexo: Meta 20.8.)*

**LEI Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014**

Regime jurídico das Parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil

*(Art. 3º, I.)*

**LEI COMPLEMENTAR Nº 90, DE 1º DE OUTUBRO DE 1997**

Autorização do Congresso Nacional para que forças estrangeiras possam transitar pelo território nacional

**LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998**

Normas sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis



SENADO FEDERAL

**Normas conexas ao Regimento Interno e  
outros diplomas normativos relacionados ao Senado Federal**

**LEI COMPLEMENTAR Nº 105, DE 10 DE JANEIRO DE 2001**

Sigilo das operações de instituições financeiras

(Art. 4º, § 2º.)



SENADO FEDERAL

**Normas conexas ao Regimento Interno e  
outros diplomas normativos relacionados ao Senado Federal**

**PARECERES DA COMISSÃO DE  
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

**PARECER Nº 252, DE 1990**

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a respeito de consulta do Senhor Presidente do Senado Federal sobre questão de ordem suscitada pelo Senador Humberto Lucena, sobre o desarquivamento de matérias arquivadas através da Mensagem nº 124, de 1990. Tema: **Solicitação pela Presidência da República da retirada de mensagens pertinentes à outorga de concessão e permissão para o serviço de radiodifusão. Impossibilidade de arquivamento dos projetos de decreto legislativo já aprovados pela Câmara dos Deputados.** Relator: Senador João Lobo. Referência: [Questão de Ordem nº 93/1990](#). [Aprovado pelo Plenário em 8/11/1990](#).

**PARECER Nº 480, DE 1990**

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre decisão da Presidência do Senado Federal acerca de questão de ordem suscitada pelo Senador Cid Sabóia de Carvalho na Sessão Ordinária do Senado Federal do dia 5 de novembro do corrente ano. Tema: **Formação de bloco parlamentar. Impossibilidade da adesão individual de Senadores, sem a manifestação do partido. Reconhecimento das lideranças partidárias e de sua infraestrutura logística. Absorção das atribuições regimentais.** Relator: Senador José Paulo Bisol. [Aprovado pelo Plenário em 21/2/1991](#).

**PARECER Nº 296, DE 1991**

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre “questão de ordem formulada pelo Senador Maurício Corrêa sobre a possibilidade regimental de ser adiada a discussão da PEC nº 12, de 1991, nos termos dos arts. 274 e 279 do Regimento Interno”. Tema: **Requerimento de adiamento da discussão. Aplicabilidade ao procedimento especial das propostas de emenda à Constituição.** Relator: Senador Elcio Alvares. [Aprovado pelo Plenário em 10/9/1991](#).





SENADO FEDERAL

## **Normas conexas ao Regimento Interno e outros diplomas normativos relacionados ao Senado Federal**

### PARECER Nº 252, DE 1993

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre Diversos nº 10, de 1991 (Of. SM nº 584, de 06/06/1991, na origem), “do Senhor Presidente do Senado Federal, encaminhando ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça questão de ordem levantada pelo Senador Cid Sabóia de Carvalho sobre votação de Projetos de Decreto Legislativo aprovando outorga e renovação de concessão de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens”. Relator: Senador Josaphat Marinho. Tema: **Quórum qualificado nos projetos de decreto legislativo referentes a serviços de radiodifusão. Votação nominal. Nova decisão para a votação simbólica e em Plenário.** [Aprovado pelo Plenário em 1º/9/1993.](#) [Nova decisão em 20/10/1999.](#)

### PARECER Nº 330, DE 1993

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Consulta do Presidente do Senado Federal nº 1, de 1993 (Of. nº 418/93, de 17/06/1993). Tema: **Requerimento apresentado por CPI ao Presidente do Congresso Nacional para envio de documentos anteriormente obtidos, mediante quebra de sigilo bancário, por CPI já extinta. Viabilidade jurídica.** Relator: Senador Josaphat Marinho. [Aprovado pelo Plenário em 5/3/1996.](#)

(Vide [Decisão do Presidente do Senado Federal, de 31 de maio de 2022](#), disponível neste arquivo).

### PARECER Nº 692, DE 1995

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Requerimento nº 472, de 1995, “de Consulta do Plenário, formulada por iniciativa do Senador Lúcio Alcântara, no sentido de que seja esclarecida se a apresentação de PEC de iniciativa do Senhor Presidente da República pode ter início no Senado”. Tema: **Proposta de emenda à Constituição de autoria do Poder Executivo. Faculdade de envio à Câmara dos Deputados ou ao Senado Federal, para início de tramitação. Regra de início obrigatório na Câmara dos Deputados tem aplicação estrita aos projetos de lei.** Relator: Senador Bernardo Cabral. [Aprovado pelo Plenário em 21/11/1995.](#)

### PARECER Nº 131, DE 1996

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Recurso à decisão da Presidência, proferida na sessão deliberativa ordinária realizada em 19/03/1996, em questão de ordem formulada pelo Senador Hugo Napoleão, solicitando o arquivamento do Requerimento nº 198, de 1996. Tema: **Requerimento de criação de CPI. Análise da caracterização de fato determinado e da indicação do limite de despesas. Competência do Presidente do Senado Federal. Poder-dever. Arquivamento por motivo de inconstitucionalidade e injuridicidade.** Relator: Senador José Ignácio Ferreira. [Aprovado pelo Plenário em 21/3/1996.](#)



SENADO FEDERAL

## **Normas conexas ao Regimento Interno e outros diplomas normativos relacionados ao Senado Federal**

### PARECER Nº 555, DE 1998

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Consulta nº 3, de 1998, da Mesa do Senado Federal, que indaga sobre “A possibilidade de recondução, para os mesmos cargos, na eleição imediatamente subsequente, dos atuais membros das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal”, em atendimento à solicitação do Senador Eduardo Suplicy. Tema: **Vedação constitucional de recondução de membro da Mesa para o mesmo cargo. Interpretação restritiva. Vedação que se aplica apenas à recondução de membro da Mesa eleito no primeiro ano da legislatura para o período que se inicia no terceiro ano da legislatura.** Relator: Senador Lúcio Alcântara. [Leitura do parecer em 6/11/1998.](#)

*(Parecer não submetido à apreciação do Plenário.)*

### PARECER Nº 525, DE 2002

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Recurso ao Plenário da decisão do Presidente do Senado Federal que indeferiu o Requerimento nº 715, de 2001, que requer que, além da tramitação regimental pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 1999, que “altera os arts. 52, 225 e 231 da Constituição Federal (competência privativa do Senado Federal para aprovar processo sobre demarcação de terras indígenas)”, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Sociais. Tema: **Requerimento de audiência da CAS para exame de proposta de emenda à Constituição. Contrariedade ao Regimento Interno. Tramitação conforme disposições especiais. Ausência de omissão regimental. Proposição examinada exclusivamente pela CCJ.** Relator: Senador Amir Lando. [Leitura do parecer em 4/6/2002.](#) [Aprovado pelo Plenário em 13/6/2002.](#)

### PARECER Nº 34, DE 2003

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Requerimento nº 501, de 2001, que “Requer seja formulada consulta sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade de as mensagens relativas a outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de imagens e sons, serem apreciadas em caráter terminativo pela Comissão de Educação”. Tema: **Apreciação terminativa dos projetos de decreto legislativo referentes a serviços de radiodifusão. Possibilidade regimental, caso haja determinação do Presidente do Senado Federal, ouvidas as lideranças. Quórum qualificado e exame em Plenário exigíveis apenas para a não renovação da concessão ou permissão. As decisões terminativas são recorríveis.** Relator: Senador Osmar Dias. [Aprovado pelo Plenário em 25/3/2003.](#)



SENADO FEDERAL

## **Normas conexas ao Regimento Interno e outros diplomas normativos relacionados ao Senado Federal**

### **PARECER Nº 903, DE 2015**

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte nº 69, de 2015, que requer, nos termos do art. 90, inciso XI, e do art. 101, inciso I, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a constitucionalidade das proposições de natureza autorizativa, ficando a deliberação dessas sobrestadas nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte até manifestação daquele colegiado (art. 335, inciso I). Tema: **Projetos de lei de iniciativa parlamentar que veiculam autorização para que outro Poder pratique atos inseridos em matéria cujo processo legislativo se sujeita à cláusula de reserva de iniciativa, ou para que outro Poder adote medidas administrativas que a ele competem privativamente, devem ser declarados inconstitucionais.** Relator: Senador José Maranhão. [Leitura do parecer em 15/10/2015.](#) [Aprovado pelo Plenário em 17/12/2015.](#)

*(A partir da sua aprovação, o parecer passou a representar novo entendimento do Plenário sobre a matéria tratada pelo [Parecer nº 527, de 1998](#), [aprovado pelo Plenário em 12/11/1998](#).)*